Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: Pedro Cláudio Coutinho Leitão

Instituto Mineiro de Agropecuária

Diretor-Geral: Marcílio de Sousa Magalhães

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA
Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães

ATO Nº 112/2018 CONCEDE PROMOÇÃO NA CARREIRA, a partir das vigências, nos termos do artigo 16º da Lei nº 15.303/2008, aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, relacionados abaixo:

MASP	NOME	CARGO	ATUAL		ANDAMENTO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1017615-4	CHRISTIAN AUGUSTO SILVA	FISAG	III	D	IV	A	08/11/2017
1017072-8	DOMINGOS SAVIO LOPES	FISAG	IV	C	IV	A	10/12/2017
1017150-2	ELCIO DE OLIVEIRA CHAVES	FISAG	III	G	IV	A	15/07/2017
1017395-3	OROZIMBO DE ASSIS MATOS	FISCA	III	I	IV	C	14/11/2017
1017728-5	RENATO DE OLIVEIRA BORGES	FISAG	III	E	IV	A	17/12/2016
1017859-8	ROBERTO ALTINO DA SILVA	AUPE	V	E	VI	A	26/06/2017

Marcílio de Sousa Magalhães
Diretor-Geral

07 1059750 - 1

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA
Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães

ATO Nº 114/2018 APOSENTA, a partir de 07-02-2018, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº 47/2005, a servidora IVANI DA PAIXAO PEREIRA DE OLIVEIRA, masp 1017337-5, CPF 528.571.316-15 cargo efetivo de Assistente de Gestão de Defesa Agropecuária, nível III, grau I.

ATO Nº 117/2018 APOSENTA, a partir de 06-02-2018, com proventos integrais, nos termos do artigo 6º da Emenda à Constituição Federal, nº 41/2003, a servidora MARILIA DE OLIVEIRA CAVALIERI, masp 1017135-3, CPF 315.064.456-91, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, nível V, grau B.

ATO Nº 119/2018 APOSENTA, a partir de 06-02-2018, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda à Constituição Federal nº 47/2005, o servidor LUCIO JOSE DELGADO, masp 1017077-7, CPF 481.201.546-49, cargo efetivo de Fiscal Assistente Agropecuário, nível III, grau I.

ATO Nº 121/2018 APOSENTA, a partir de 06-02-2018, com proventos integrais, nos termos do artigo 6º da Emenda à Constituição Federal, nº 41/2003, a servidora MARIA DO CARMO CAMPOS, masp 1017908-3, CPF 381.679.646-04, cargo efetivo de Fiscal Agropecuário, nível V, grau A.

07 1059753 - 1

ATO Nº 125/2018 AVERBA aos registros funcionais do servidor EUSTAQUIO MENDES DE MAGALHAES, masp 1017407-6, o tempo de 4.206 dias ou 11(onze) anos, 06(seis) meses e 11(onze) dias de insalubridade, referente ao período de 05-06-1992 a 06-02-2018, conforme decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, Mandado de Segurança nº 0024.14.305.582-0, para fins de adicionais e aposentadoria.

07 1059755 - 1

PORTARIA IMA Nº 1791, de 6 de fevereiro de 2018
Faz designação de servidor no âmbito do IMA.O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso IX, do Decreto Estadual nº 45.800/2011, com nova redação dada pelo Decreto nº 46.969, de 14 de março de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 42.251, de 09 de janeiro de 2002.RESOLVE:Art. 1º Designar o servidor SAMUEL EDUARDO SANTOS, CPF: 072.764.996-50, MASP: 1.119.329-9 para exercer a função de responsável técnico no SIAFI na U.E. 2370003 – BOM DESPACHO, em substituição ao titular, no período de 16/02/2018 a 28/02/2018, observadas as disposições legais pertinentes.Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 6 de fevereiro de 2018, Marcílio de Sousa Magalhães, Diretor-Geral
PORTARIA IMA Nº 1792, de 6 de fevereiro de 2018
Faz designação de servidor no âmbito do IMA.O Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso IX, do Decreto Estadual nº 45.800/2011, com nova redação dada pelo Decreto nº 46.969, de 14 de março de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 42.251, de 09 de janeiro de 2002.RESOLVE:Art. 1º Designar a servidora JOSANE ALVES PEREIRA DE ALMEIDA, CPF: 039.767.366-35, MASP: 1.158.986-8 para exercer a função de responsável técnico no SIAFI na U.E. 2370030 – JANAUBA, em substituição ao titular, no período de 15/02/2018 a 02/03/2018, observadas as disposições legais pertinentes.Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 6 de fevereiro de 2018.Marcílio de Sousa Magalhães, Diretor-Geral

07 1059433 - 1

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER

Presidente: Glenio Martins de Lima Mariano

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG

EMENTA: Comissão Processante. Portaria nº 0974/2017 – Empregador: MAS. Escritório Local de Monte Sião/MG. Uregi Guaxupé/MG. Extensionista agropecuário I. a)– Veículo da Empregadora. Utilização particular. Norma de Administração nº 022-07/2012. Violação. Ordem Geral. Ato de Indisciplina. b) – Transporte Remuneração de Pessoas. Ausência de Provas. Extinção. c) Notebook. Levado para residência. Uso estranho ao trabalho. Ausência de prova. Extinção. d)– Folha Individual de Frequência. Informações Aleatórias. Norma de Administração nº 027. Violação. Ordem geral. Indisciplina. Configuração. e)– Veículo. Falta de Estepe. Pneu de Marca diferente das utilizadas pela Empregadora. Justificativas; plausíveis. Irregularidades. Não demonstradas. Inocorrência. f) – Execução convênio. Relatórios intempísticos. Reiteração da conduta. Justificativas. Rejeitadas. Desídia. Configuração. g) – Despesa Escritório Local. Custeio. Recursos. Excessos. Devolução intempística. Injustificada. Desídia. Ocorrência. h)– Recebimento de dinheiro em espécie. Vedação. Instrução de Procedimento nº 38. Violação. Indisciplina. Configuração. i) Reunião. Sem Prévia comunicação ao empregado. Agenda extensionista. Conflito. Saída antecipada. Irregularidade. Não configurada. Inocorrência. j) – Registro profissional. Cancelamento. Certidão. Exercício ilegal da profissão. Manual do Empregado. Violação. Indisciplina. Configurada. Causas autorizativas celerista. Dispensa. Justa causa. Artigo 482, alíneas E e H. CLT. Normativo interno. Manual do Empregado. Versão anterior. Artigo 66, incisos IV e VII. Versão vigente. Artigo 73, incisos IV e VII. Violados. Combinados com o disposto no artigo 63, inciso III. Versão vigente. Data 06.02.2018. Ass. Glenio Martins de Lima Mariano – Presidente da Emater-MG.

07 1059468 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Expediente

EXTRATO DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Secretário de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, previstas no § 1º, do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 221, da Lei nº 869, de 1952, por meio da Portaria DPO/SPGF/SEDA Nº 003/2016, e Portaria/SEDA nº 03/2017 publicada no Diário Oficial do Executivo de 07 de abril de 2017, em função de conclusão de sindicância administrativa, DECIDE pelo arquivamento dos autos por ausência de autoria dos ilícitos, e em atendimento à recomendação da Unidade Setorial de Controle Interno ora cdena que sejam adotadas as providências necessárias para leião dos cinco veículos que não permitem sua manutenção, e a manutenção corretiva para utilização de um dos veículos que é possível sua manutenção. E ainda, requer que sejam observadas no âmbito da SEDA os procedimentos administrativos referentes a gestão da frota de veículos oficiais dispostos na resolução de Frotas SÉPLAG Nº 057/2008, no Decreto nº 44.710/2008 e Decreto Estadual nº 45.242/2009. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2017. Neivaldo de Lima Virgílio Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário.

07 1059888 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

PORTARIA IDENE Nº 04, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Comissão Julgadora do Edital Chamamento Público de Credenciamento no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA-Leite.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual nº 14.171, de 2002, a Lei nº 22.257, de 2016 e o inciso I, do art. 8º, do Decreto Estadual nº 47.352, de 2018,

DETERMINA:

Art. 1º. Institui Comissão Julgadora do Edital relativo ao chamamento para credenciamento público a ser realizado no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Incentivo à Produção e Consumo de Leite – PAA-Leite no ano de 2018, previsto no Convênio 004/2013-SESAN.

Art. 2º. A Comissão Julgadora de Credenciamento será composta pelos servidores abaixo relacionados, devendo a presidência recair sobre a primeira da lista:

a) Servidores lotados na Coordenação do PAA-Leite:

I – Lilian Auxiliadora Rezende, MASP 1.175.876-0;

II – Silvia Cunha Capanema, MASP 752.724-5;

III – André Rodrigues da Silva, MASP 1.314.031-4;

IV – José Márcio Antunes Pinto – MASP 1.278.227-2.

b) Servidores lotados nos escritórios regionais:

I – Tamara Marques Veríssimo – MASP 1.390.174-9;

II – Rejane Luzia da Silva – MASP 1.369.878-2;

III – Caroline Araújo Souza – MASP 1.370.964-7;

IV – Érica Maria Figueiredo Sena – MASP 1.288.663-6.

§ 1º Em caso de impedimento da presidente por qualquer motivo, será substituída de forma subsequente pelos demais membros.

§ 2º A Comissão se reunirá com o quórum mínimo de 3 (três) membros.

Art. 3º A Comissão terá por objetivo promover a análise da documentação das organizações interessadas no chamamento e publicar o resultado do credenciamento previsto nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2018.

GUSTAVO XAVIER FERREIRA
Diretor-Geral do IDENE

07 1059321 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDINOR/IDENE nº 1/2018.

Dispõe sobre a gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - SEDINOR e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado, art. 93, §1º, inciso III, a Lei Delegada nº 179, de 2011, e o Decreto Estadual nº 46.570, de 2014 e o DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS-IDENE, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual nº 14.171, de 2002, a Lei Delegada nº 180, de 2011, o Decreto Estadual nº 46.629, de 2014 e a Lei Estadual nº 22.257/2016.

Considerando o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regula o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e determina normas para licitações e contratos da Administração Pública; considerando os princípios norteadores da Administração Pública, e a necessidade de aprimorar os mecanismos de gerenciamento e fiscalização das

contratações firmadas pelo Sistema SEDINOR/IDENE; considerando, ainda, o dever/poder da Administração Pública de fiscalizar a execução dos contratos administrativos.

RESOLVEM:

Art.1º Esta Resolução Conjunta estabelece normas internas relativas à gestão e à fiscalização de contratos, a serem observadas no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - SEDINOR e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE, em observância ao disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. - As funções de gestão e fiscalização de contratos deverão ser exercidas, ainda que não sejam formalizadas por instrumento de contrato, em concordância com o art. 62 da Lei nº 8.666/93. As ações serão realizadas por servidores lotados no Sistema SEDINOR/IDENE, especialmente designados por ato administrativo do Secretário de Estado da SEDINOR e do Diretor-Geral do IDENE.

Art. 2º - Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Fiscal de Contrato: agente público designado para acompanhamento da execução do objeto do Contrato, ou, conforme o caso, orientar as autoridades competentes acerca da necessidade de serem aplicadas sanções ou de rescisão contratual, no sentido de garantir a adequada execução dos contratos celebrados; e

II - Gestor de Contrato: agente público responsável pelo preparo, coordenação, acompanhamento, conclusão e demais ações gerenciais referentes aos contratos, no todo ou por tarefas especificamente designadas, devendo zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais, no sentido de garantir a adequada execução do ora celebrado.

Art. 3º - A gestão e a fiscalização de contratos consistem em atividades interligadas que visam administrar tais instrumentos desde o seu início até o seu término, com ações proativas e preventivas de modo a observar o cumprimento das regras previstas/pactadas no instrumento contratual, buscar os resultados esperados e trazer benefícios e economia para a Administração.

Art. 4º - Fica estabelecido que o Secretário de Estado da SEDINOR e o Diretor-Geral do IDENE, como dirigentes máximos e demandantes da aquisição, devem designar, dentre os servidores lotados, aqueles que figurarão como fiscal e gestor e seus respectivos suplentes, que acompanharão os procedimentos de aquisição e a execução das contratações.

§1º - A escolha dos gestores e fiscais do contrato deverá recair sobre o servidor com boa reputação ético-profissional e atribuição ou especialização técnica compatível com o objeto do contrato.

§2º - A designação do Gestor deve ocorrer desde o início do processo de contratação e a do Fiscal ao menos, antes do início da vigência contratual.

§3º - Caso ocorra o desligamento funcional do servidor designado para atuar como gestor e fiscal, o Secretário de Estado da SEDINOR e o Diretor-Geral do IDENE, designarão, formal e imediatamente, seu substituto, visando a regularidade das comunicações e ações inerentes.

§4º - Na ausência de designação formal de servidor para gestor e fiscalização de contrato, recairá o encargo pelo acompanhamento da execução dos contratos sobre o gerente ou diretor da área demandante.

§5º - A responsabilidade do Fiscal e do Gestor do Contrato se inicia com levantamento histórico-quantitativo, identificação e formalização da demanda por bens e serviços, envolvendo ainda o gerenciamento, acompanhamento e fiscalização dos contratos decorrentes desses processos até o término de vigência.

Art. 5º - É vedada a designação de funcionário contratado por prestador de serviço, usualmente designado de terceirizado, ou de estagiário para a função de gestor e fiscal de contratação.

Art. 6º - O Sistema SEDINOR/IDENE poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o fiscal do contrato das informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições, desde que o objeto do contrato exija informações especializadas e que não sejam atendidas por pessoal pertencente ao quadro de servidores do Sistema SEDINOR/IDENE, não eximindo os gestores e fiscais de suas atribuições, cabendo-lhes adotar as providências necessárias visando à fiel execução do contrato.

Art. 7º - São elementos do ato administrativo de designação dos gestores e fiscais do contrato:

I - a identificação do contrato objeto da gestão e da fiscalização;

II - o nome, o cargo e o MASP do servidor designado;

III - as obrigações específicas dos gestores e dos fiscais que não estejam relacionados nesta Resolução;

Art. 8º - Em caso de afastamento do servidor designado como gestor ou fiscal por motivo de férias, licenças e outros, caberá à chefia imediata indicar o suplente durante o período de afastamento.

Parágrafo único - Caso a chefia imediata não indicar o suplente, a responsabilidade pela gestão e/ou fiscalização do contrato recairá sobre o mesmo, durante o período do afastamento.

Art. 9º - É vedada a designação do servidor para as funções de gestor e fiscal de contrato que:

I - tenha sofrido punição em processo administrativo disciplinar e a sanção imposta ainda não tenha sido cumprida;

II - tenha, em seus registros funcionais, punições decorrentes da prática de atos lesivos ao patrimônio público;

III - tenha sido condenado por crimes contra a Administração Pública ou por ato de improbidade administrativa;

IV - possua os seguintes vínculos familiares com os administradores da empresa contratada:

a)que sejam ou já foram casados, na forma da lei civil;

b)que mantenham ou mantiveram união estável, na forma da lei civil;

c)que sejam pais, avós ou bisavós;

d)que sejam filhos, netos ou bisnetos;

e)que sejam irmãos, tios ou sobrinhos;

f)que sejam casados, ou mantenham união estável com pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos ou irmãos;

V - possuir interesse pessoal direto no resultado do contrato;

VI - estiver litigando judicial ou administrativamente com preposto, gerente, diretor, proprietário ou sócio da contratada ou respectivos cônjuges ou companheiros;

VII - tenha amizade íntima ou inimizade notória com algumas das pessoas indicadas no item anterior;

VIII - tenha relação de crédito ou débito com a contratada ou com as pessoas indicadas no inciso IV deste artigo;

IX - tenha, por qualquer condição, aconselhado a parte contratada ou que tenha recebido, a qualquer título, honorários, créditos, presentes ou favores; e

X - exerça função incompatível com as designadas, tendo em vista o princípio da segregação das funções.

Parágrafo único. O servidor em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-la aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor para exercer as funções de gestor ou fiscal do contrato.

Art. 10º Compete aos gestores dos contratos as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de execução e acompanhamento dos contratos, em especial as seguintes:

I-conhecer tanto a legislação que rege o contrato como termos aditivos e anexos;

II-gerenciar as metas física e financeira do contrato;

III-gerenciar a vigência do contrato;

III - procedimentos referentes a depósito, execução e desconto de garantia, incluindo respectiva liberação em favor da contratada, quando do término da vigência do contrato;

IV - transmitir ao Fiscal do Contrato todos os aspectos importantes da execução, definindo ou adequando critérios de aferição quanto à qualidade dos bens e serviços entregues, de forma a estabelecer parâmetros seguros para a fiscalização;

V - analisar os relatórios contendo as solicitações dos fiscais, recomendando à autoridade competente a instauração de processo administrativo punitivo para aplicação de sanções administrativas e rescisão contratual, quando for o caso, mediante fundamentação pertinente;

VI - comunicar ao ordenador de despesas, após contatos prévios com a contratada e mediante relatório detalhado, as inconformidades praticadas, visando aplicação de penalidades;

VII - solicitar pareceres técnicos ou jurídicos, quando necessários;

VIII - providenciar, em tempo hábil, documentação para instruir o aditamento de contrato para a prorrogação de prazos de vigência e execução ou demais alterações contratuais, incluindo acréscimos ou supressões, reequilíbrio econômico-financeiro e reajustes;

IX - solicitar à contratada documentos necessários à efetivação de todas as etapas de execução da contratação e seus aditivos.

X - Solicitar empenho/reforço de empenho à Gerência de Disponibilidade e Finanças/Setor Financeiro com Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas para fins de conformidade, liquidação e pagamento;

XI - fundamentar decisões para o caso de rescisão antecipada do Contrato;

XII - notificar a contratada sobre irregularidades observadas, para as devidas correções;

XIII - notificar a contratada sobre o vencimento do prazo de entrega do objeto, deixando evidente a concessão ou não de novo prazo;

XIV - analisar os relatórios dos fiscais e documentos constantes no processo, relacionados a recebimento e pagamento, atestando-os quando estiverem de acordo com o contrato;

XV - Elaborar, quando do término de vigência do contrato, o Termo de Encerramento de Contrato, devidamente acompanhado de manifestação quanto a sua satisfatória execução, por conseguinte, autorizando o cancelamento de saldo do contrato no Portal de Compras; e

XVI - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado.

Art. 11. - Compete aos fiscais dos contratos as atividades relacionadas ao acompanhamento da execução do objeto do contrato, em especial as seguintes:

I - acompanhar todo o procedimento de entrega de produto ou serviço bem como todo o procedimento de execução do objeto contratado;

II - conhecer tanto a legislação que rege o contrato como termos aditivos e anexos;

III - conhecer a proposta técnica da contratada, quando for o caso, e sua proposta comercial;

IV - conhecer normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do contrato, quando couber;

V - realizar o acompanhamento no local da execução do contrato, verificando:

a)as faltas ou defeitos cometidos pela contratada, determinando o que for necessário à regularização;

b)se o bem, obra ou serviço recebido está de acordo com a especificação definida no contrato e no termo de referência;

c)se a quantidade física e o prazo de entrega estão de acordo com o contrato e com o termo de referência.

V - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, gerando relatórios de conformidade dos serviços, além de determinar o que for necessário, incluindo prazo para regularização de faltas ou defeitos detectados;

VI - comunicar, fundamentalmente e tempestivamente, ao Gestor do Contrato sobre a necessidade de prorrogações de prazos, de interrupções, de serviços extraordinários, de modificação no projeto e de alterações no tocante à qualidade e quantidade, à segurança, ao controle tecnológico e outras ocorridas durante a execução do contrato;

VII - receber, provisoriamente ou definitivamente, objeto do contrato de acordo com o definido no instrumento contratual, mediante termo circunstanciado, quando não for designada Comissão de Recebimento ou outro servidor;

VIII - recusar materiais e serviços em desacordo com especificações do contrato e no termo de referência, anotando a ocorrência em registro próprio;

IX - analisar e conferir o documento de cobrança, observando:

a) a descrição dos serviços;

b) o período de prestação dos serviços;

c) o quantitativo de profissionais, em se tratando de serviços que envolvam

mão-de-obra, verificando se a relação apresentada pela contratada corresponde aos profissionais que prestaram serviço no mês de competência;

d) a data limite de pagamento;

e) a conformidade do valor cobrado em relação ao contratado;

f) o registro de ocorrências concernente ao período de medição dos serviços;

X - atestar, em conjunto com o Gestor do Contrato, o recebimento de bens,

MINAS GERAIS

Diário Oficial dos Poderes do Estado

Criado em 06/11/1891

Governo do Estado de Minas Gerais

GOVERNADOR

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CASA CIVIL
E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

SUBSECRETÁRIO DE IMPRENSA OFICIAL
TANCREDO ANTÔNIO NAVES

SUPERINTENDENTE DE REDAÇÃO E EDITORAÇÃO
HENRIQUE ANTÔNIO GODOY

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE SERVIÇOS
GUILHERME MACHADO SILVEIRA

DIRETORA DE PRODUÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL
ROSANA VASCONCELLOS F